



PREVIDÊNCIA SOCIAL

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
GERÊNCIA-EXECUTIVA PORTO ALEGRE
CONSELHO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – Porto Alegre

ATA N.º74

SEPTAGÉSIMA QUARTA REUNIAO DO CONSELHO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE PORTO ALEGRE E JURISDIÇÃO

DATA: 29 de maio de 2012, às 09h35min.

LOCAL: Gabinete da Gerência-Executiva do INSS em Porto Alegre, Rua Jerônimo Coelho n.º 127 – 10º andar - Porto Alegre/RS

I – PRESENÇAS

Representação do Governo

INSS – Sinara Aparecida Pastório – **Presidente**

INSS – Regina Beatriz Floriano da Silva – **Titular**

PFE – Sérgio Roberto Hall Brum de Barros – **Titular**

Secretária

INSS - Gerência-Executiva em Porto Alegre, Eliete da Silva Rodrigues

INSS - Gerência-Executiva em Porto Alegre, Gisele Quintana Marques

Representação dos Aposentados e Pensionistas

FETAPERGS – Pedro Canabarro - **Titular**

ASSOCIAÇÃO DOS FERROVIÁRIOS – Algimiro Santos da Rosa - **Titular**

SINDINAP – Adão Eduardo Haggstram - **Suplente**

Representação dos Empresários

FECOMERCIO – Luiz Caldas Milano – **Suplente**

FIERGS – André Malet Barcellos - **Titular**

Representação dos Trabalhadores

CUT – Alfredo Elenar Rodrigues Gonçalves - **Titular**

CUT – Paulo Rodolfo Pacheco Ribeiro – **Suplente**

FORÇA SINDICAL – Jefferson Tiago da Silva – **Titular**

FETAG – Andréia Brezolin - **Suplente**

Participantes

Serviço Administração e Informação do Segurado/INSS – Alex Sandro Gonçalves Brião

Federação dos Trabalhadores da Indústria da Alimentação – Mario José Dias Reis

I – Ordem do Dia

1. Entrega da nominata dos Conselheiros Classistas da 18ª JRPS, período de mandato e data de término do mandato;
2. Desdobramentos da consulta pública;
3. Prestação de contas da GexPoA;

4. Corrida da Maior Idade e Caminhada da Melhor Idade pelo aniversário de vinte e dois anos do INSS;
5. Atestado Eletrônico;
6. Assuntos gerais e confirmação da data da próxima reunião: 26/06/2012.

II - Abertura

Verificada a existência de quorum, aos vinte e nove dias do mês de maio do ano de dois mil e doze, às nove horas e trinta e cinco minutos iniciou-se a septuagésima quarta reunião e terceira do ano de dois mil e doze, do Conselho de Previdência Social em Porto Alegre. A reunião foi aberta pela Presidente, Sinara Aparecida Pastório, que cumprimentou os presentes e deu as boas vindas ao novo Conselheiros, representante dos Empregadores, da FIERGS, André Malet Barcellos. A seguir a Presidente passa à aprovação da ata da ultima reunião de nº. 73, que foi aprovada por unanimidade, somente com algumas ressalvas da Conselheira Andréia, já repassadas para a Secretária Eliete para os devidos acertos. A Presidente passa então a ordem do dia. A Presidente sugere a inversão da pauta para iniciar com a prestação de contas da Gerência. Todos concordam.

III - Pauta

1 - Prestação de contas da GexPoA:

A Presidente do C

oncelho inicia com apresentação em powerpoint. A **1ª tela** apresenta as Agências da Previdência Social jurisdicionadas à Gerência-Executiva do INSS em Porto Alegre: Azenha, Centro, Norte, Partenon, Petrópolis, Sul, B.I., DJ, Viamão e Alvorada. A **2ª tela** mostra o número de benefícios requeridos em 2011 no Brasil (8.046.154), no RS (609.472 – 7,6% do total Brasil) e GexPoA (92.820 – 1,2% do total Brasil e 15% do total RS). Na **3ª tela** temos os requerimentos por espécie na GexPoA em 2011: valor próximo de **0% de** Pensão Alimentícia, Pecúlio; **1% de** Outros Auxílios; de **2% de** Amparo ao Idoso e Aposentadoria Por Invalidez; de **5% de** Amparo Portador de Deficiência; **7% de** Salário Maternidade e Pensões; **9% de** Aposentadoria Por Idade; **20% de** Aposentadoria Por Tempo de Contribuição; e **47% de** Auxílio Doença. Na **4ª tela** benefícios despachados em 2011, no Brasil 8.064.853, RS 629.912 (7,8% do total Brasil), e GexPoA 96.728 (1,2% do total Brasil e 15% do total RS). Na **5ª tela** mostra gráfico comparativo de benefícios requeridos e despachados em 2011. Através dele é possível observar certo equilíbrio. Na **6ª tela** temos o percentual dos benefícios despachados= 62% são concedidos, 37% são indeferidos e 1% são encerrados. A **7ª tela** mostra a manutenção de benefícios no Brasil 29.044.746, RS 2.292.443 (8% do total Brasil) e GexPoA 372.175 (1,3% do total Brasil e 16% do total RS). Na **8ª tela** temos a evolução dos benefícios represados de janeiro de 2011 (9.129) a abril de 2012 (12.026). Na sequência a **tela 9ª** mostra os benefícios represados por espécie – abril de 2012: Amparo ao Idoso (1), Aposentadoria por Invalidez (7), Auxílio Reclusão (34), Salário Maternidade (186), Aposentadoria Por Idade (379), Pensões (384), Aposentadoria Por Tempo de Contribuição (967), Amparo ao Deficiente (1.149) e Auxílio Doença (8.919). A **10ª tela** mostra os benefícios represados por motivo – abril de 2012: 0% Aguardando Formatação, Pendente de Dados Cadastrais e Aguardando Exigência Externa; 1% Aguardando Pesquisa –SP e Diligência – RD; 2% Aguardando Avaliação Social; 8% Aguardando Ação da APS e Exigência do Segurado; e 81% Aguardando Perícia Médica. Na **11ª tela** temos benefícios represados por faixa de tempo – abril de 2012: de **0 — 30 dias 38%; 31 — 45 dias 19%; 46 — 60 dias 16%; 61 — 90 dias 20%; 91 — 365 dias 7% e acima de 365 dias 0%**. Na **12ª tela** aparecem os indicadores da Gerência do período de janeiro a abril de 2012 = TMEA

(dias) 35, 37, 34 e 31; TMEA-PM Inicial (dias) = 58, 72, 88 e 79; TMEA-PM-PP (dias) = 106, 107, 92 e 109; TMEA-PM-PR (dias) = 79, 79, 73 e 83; TMC (dias) = 43, 43, 57 e 59; IMA (dias) = 46, 52, 47 e 45; IMA-GDASS (dias) = 41, 47, 39 e 29; e IDT (%) = 42, 32, 41 e 39. Na **13ª tela** temos o tempo médio de espera do agendamento por Serviços em dias, de janeiro a abril de 2012 = **Auxílio Reclusão** 50, 49, 43 e 37; **Salário Maternidade Urbano** = 59, 59, 59 e 35; **Pensão Urbana** = 36, 36, 32 e 25; **Aposentadoria Por Tempo de Contribuição** = 39, 41, 47 e 41; **Benefício Assistencial ao Idoso** = 20, 15, 20 e 20; **Aposentadoria Por Idade Urbano** = 60, 66, 49 e 36; **Benefício Assistencial ao Deficiente** = 26, 24, 23 e 24; e **Perícia Médica Inicial – AX1** = 58, 72, 68 e 79. A **14ª tela** está o quantitativo de médicos na GexPoA, por APS, nos períodos de dezembro/2008, dezembro/2009 e abril/2012, respectivamente = **APS Viamão** 04, 02 e 02; **APS Alvorada** 04, 04 e 03; **APS Norte** 00, 00 e 05; **APS B.I.** 43, 38 e 27; e total da **GexPoA** 51, 44 e 37. Na **15ª e última tela** temos a média mensal de atendimentos, por APS, em 2011 = **APS Azenha** 2.893 (5%); **APS Centro** 16.484 (29%); **APS Norte** 5.398 (9%); **APS Partenon** 3.624 (6%); **APS Petrópolis** 4.298 (8%); **APS Viamão** 3.625 (6%); **APS Sul** 2.645 (5%); **APS B.I.** 14.183 (25%); e **APS Alvorada** 4.081 (7%), perfazendo um total de 57.231 atendimentos na Gerência. Os Conselheiros perguntam da possibilidade da apresentação for repassada a eles. A Presidente solicita para a secretária, Eliete, que envie o material por e-mail aos Conselheiros. O Conselheiro André comenta que participou de uma reunião em que estava presente o Sr. Presidente do INSS e este falou que falta pouco para o INSS enviar correspondência aos segurados comunicando a data em que completará tempo para sua aposentadoria e que de posse desta correspondência o segurado poderá requerer sua aposentadoria sem sair de casa, por meio virtual, ou seja, não precisa ir até uma Agência para concessão. Sinara lembra que este procedimento já ocorre para aposentadoria por tempo de serviço. Para o INSS estender esta comunicação para a Aposentadoria Por Tempo de Contribuição será necessário colocar o cadastro dos segurado no CNIS (Cadastro Nacional de Informações Sociais) atualizado. O Conselheiro Jefferson fala que com todos esses problemas enfrentados pela previdência de falta de funcionários, longas esperas do segurado para ser atendido possa ser um sinal de que a idéia de sua privatização retornou. Sinara diz que não acha isso; que a previdência já melhorou muito e está se adaptando as mudanças do perfil de sua demanda. O Conselheiro Alfredo fala que a previdência não é deficitária; que o seu papel é social e ninguém quer sua privatização. Fala ainda que se têm vários exemplos de privatização nessa área que não deram certo citando como exemplo: México e Chile. A Previdência Social tem um papel muito grande na sociedade brasileira. O que precisamos é discutir mais a previdência social porque sabemos que a tendência é aumentar o número de idosos e as famílias serem cada vez menores e é devemos decidir como iremos nos conduzir nesta área a partir desta nova realidade. O Conselheiro André diz que o problema é que as pessoas estão vivendo mais e ficam 20/30 anos aposentada. É preciso uma melhor gestão da previdência social para superar isso. É um gasto muito grande um segurado entrar com um PP (Pedido de Prorrogação), e continuar recebendo até sua perícia médica que pode demorar mais de sessenta dias. O Conselheiro Paulo Ronaldo disse que isso foi uma vitória do trabalhador que ainda se sente doente e ficava antes sem receber em razão da agenda longa para PP. O Conselheiro André fala que isso não é uma crítica; que a previdência já melhorou muito, mas precisa superar esses problemas. Uma seguradora não sobrevive a isso. O Conselheiro Sérgio fala que a previdência tem problemas imediatos e problemas conjunturais. Este problema da agenda longa na perícia médica está para ser superado pela entrada, por concurso público, de dez peritos médicos para a Gerência Porto Alegre e a implantação do atestado eletrônico. A pequeno e médio prazo essas duas ações vão diminuir o tempo de espera na perícia e então o PP não irá mais demorar em ser avaliado, evitando gastos com este pagamento. Considera que um

dos grandes problemas da previdência social sejam as viúvas novas: jovens que casam com idosos e ficam, após seu falecimento, recebendo sua pensão por um longo período, pois são jovens. Isso causa grande prejuízo porque além dos idosos estarem vivendo mais, ainda deixam pensão que irá ser paga por um longo período. Então a previdência social precisa passar uma avaliação e decidir a quem quer amparar: os idosos ou as viúvas jovens que podem trabalhar, pois estão na idade ativa. O Conselheiro Adão fala que quanto à privatização acha que a questão está superada. Considera que a situação já foi mais crítica, mas a sociedade reagiu e conseguiu, junto ao servidor da previdência, superar isso. Sinara acredita que a tendência de privatização foi revertida a partir do governo Lula. Considera ser preciso pensar a questão de sustentabilidade da previdência social. Antes, para se aposentar por idade era preciso contribuir somente cinco anos (oitenta contribuições) para a previdência social. Agora é preciso contribuir por quinze anos (cento e oitenta contribuições). Assim, a previdência vai se adaptando, se adequando as novas realidades. Estamos em uma nova etapa, então as regras precisam mudar de acordo com esta nova realidade. O conselheiro Paulo Ronaldo fala que se for observado as atividades insalubres, os trabalhadores estão dispostos a discutir e concordar com algumas mudanças sim. Reconhece que os tempos são outros e muita coisa mudou. Algumas profissões melhoram suas condições de trabalho, mas é preciso preservar as atividades que são insalubres e muito pesadas para o trabalhador. O Conselheiro André fala que trabalha na FIERGS e está fazendo um trabalho forte na segurança do trabalhador na construção civil. Nesta área o trabalho é muito desgastante, muito forte e é preciso considerar isso; dar melhores condições a esse trabalhador de salário, conhecimento técnico, educação, segurança no trabalho e etc. Isso vai possibilitar que esse trabalhador exerça sua atividade por mais tempo por ser em melhores condições. Sinara fala que é preciso criar mecanismos para que a Previdência Social se manter neste novo mundo. O conselheiro Alfredo fala que para melhorar este país é preciso arrumar a casa. Não é possível que no mesmo país que fala que o trabalhador deve trabalhar por mais tempo, perder alguns direitos em termos de previdência social, um juiz que cometa uma fraude tenha como única punição a aposentadoria compulsória e não a perda do emprego. Assim, enquanto não se arrumar as distorções não podemos jogar todo o ônus desses novos tempos no colo do trabalhador. A lei da transparência é um grande avanço. O conselheiro Adão fala que hoje um advogado, por exemplo, pode trabalhar por trinta anos descontando a previdência por um salário contribuição e depois fazer um concurso público para promotor e trabalhar por mais cinco anos, se aposentar e ficar recebendo o salário de promotor. Isso é um absurdo. O conselheiro Sérgio esclarece que isso não ocorre mais. Quem ingressou no serviço público a partir de 2004 tem sua aposentadoria calculada pela média de suas contribuições e precisa ter um tempo mínimo no cargo. O conselheiro Alfredo fala que são distorções que aos poucos estão sendo corrigidas. O Conselheiro Paulo Ronaldo pergunta qual setor está fiscalizando as empresas com referência ao pagamento para a previdência social pois tem sabido de vários casos que o trabalhador vem se aposentar no INSS e descobre que a empresa não pagou as contribuições. Sinara fala que a fiscalização é realizada pela Receita Federal do Brasil. O conselheiro Sérgio fala que tem um amigo que trabalha na Receita Federal do Brasil e disse que todo o acompanhamento da fiscalização está automatizado. Isso é uma evolução. O conselheiro Alfredo fala que mesmo assim tem conhecimento de que muitas impressas sonegam esse pagamento, inclusive cobram do trabalhador e não repassam a receita (apropriação indébita). Sinara fala que podemos convidar alguém da Receita Federal do Brasil para vir na próxima reunião do Conselho para falar sobre isso. De qualquer forma o segurado não é prejudicado caso a empresa em que trabalha não esteja em dia com as contribuições previdenciárias.

2 - Atestado Eletrônico:

Sinara fala que as dificuldades enfrentadas na longa espera para atendimento nesta área, tanto na Gerência de Porto Alegre como região metropolitana, deu origem a ação civil pública que determinou que caso a perícia médica demorasse mais do que trinta dias o INSS teria de conceder o benefício de acordo com o tempo estipulado no atestado médico do médico assistente. A justiça foi sensível à argumentação do INSS de assegurar a veracidade desse atestado médico criando um sistema no qual este seria recebido de forma virtual, o atestado eletrônico, com certificação digital. Com isso se pretende diminuir o tempo de espera do segurado para ter seu benefício concedido. Também pelo atestado médico eletrônico o INSS terá o armazenamento de todos os atestado assim emitido, podendo emitir os mais diversos tipos de relatórios para manter o devido controle sobre isso. A Certificação Digital, necessária para o médico poder emitir o atestado eletrônico sai em torno de R\$ 200,00 e tem validade de, no mínimo, três anos. O conselheiro Sérgio fala que a certificação digital é pessoal e substitui o reconhecimento de firma. O Sr. Mário fala que fica preocupado com a certificação digital porque acha que existe médicos e médicos. Têm médicos que fazem uma anamnese correta para um diagnóstico da doença do paciente. Mas existem problemas e podem ocorrer fraudes. Assim se preocupa com os mecanismos de controle de fraudes. Também considera que existem problemas com peritos médicos que muitas vezes não concedem o benefício mesmo estando o trabalhador sem condições de trabalhar. Se preocupa assim, de como o sistema vai funcionar e como o Conselho Federal de Medicina vai interagir. O conselheiro Alfredo fala que a classe médica é corporativista. Acha que o médico do SUS não vai pagar para fazer a certificação digital. O médico tem muitos empregos, vai atender muita gente e pode ser que emita muitos atestados eletrônicos. Então esse médico vai ficar sob suspensão? É uma preocupação. Acha que a intenção é boa, mas está preocupado. Também considera que a consulta pública sobre os indicadores de tempo de recuperação de enfermidades é uma anomalia. O Presidente do INSS havia se comprometido com os trabalhadores discutir mais o assunto antes de implantá-lo. No entanto, o sistema já foi implantando e não ocorreu a devida discussão. Os trabalhadores não abrem mão da perícia médica. Não passando pelo perito médico não tem avaliação de se é B-31 (auxílio doença) ou B-91 (acidente do trabalho). A conselheira Regina fala que não; que a APS Bento Gonçalves está apenas sendo piloto deste projeto; que o modelo ainda não foi implantado. A tabela está sendo testada. Também que no caso do atestado eletrônico, o segurado pode optar por realizar a perícia médica. Pode ser que a tendência seja não fazer esta opção para ter o seu benefício concedido mais rapidamente. Quanto ao acidente do trabalho, este está fora do atestado eletrônico. O acidente do trabalho e a doença ocupacional será sempre presencial. Também o tempo de afastamento baseado em evidências coloca fora o acidente do trabalho e a doença ocupacional. Sinara finaliza este item da pauta e passa ao item seguinte.

3 - Entrega da nominata dos Conselheiros Classistas da 18ª JRPS, período de mandato e data de término do mandato:

Sinara pede que a secretaria distribua entre os conselheiros a relação dos Conselheiros Classistas da 18ª JRPS e do CRPS. Propõe que cada conselheiro analise a lista e na próxima reunião se volte a discutir o assunto. Todos concordam.

4 - Desdobramentos da consulta pública:

Transferida para a próxima reunião devido ao adiantado da hora.

5 - Corrida da Maior Idade e Caminhada da Melhor Idade pelo aniversário de vinte e dois anos do INSS:

Sinara fala que no dia 10 de junho próximo será realizada a corrida da maior idade e caminhada da melhor idade pelo aniversário de 22 anos do INSS. É distribuído convites a todos os conselheiros e também cartazes para divulgação em suas entidades. Disse que é uma comemoração, e que é importante à participação de todos.

6 - Assuntos gerais e confirmação da data da próxima reunião: 26/06/2012.

IV – PAUTA DA PRÓXIMA REUNIÃO

- 1 – Discussão sobre a nominata dos Conselheiros Classistas da 18ª JRPS;
- 2 – Desdobramentos da Consulta Pública;
- 3 - Informações da Receita Federal do Brasil com referência a fiscalização das empresas e débitos destas com a previdência social.
- 8 – Assuntos Gerais: Conformação da data da próxima reunião

V – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Presidente Sinara encerra a reunião. A próxima reunião do CPS Porto Alegre fica confirmada para o dia 26 de junho de 2012, as 09h30min horas, segundo estabelecido no cronograma anual de reuniões do CPS Porto Alegre.

VI - ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, a Presidente declara encerrada a Septuagésima quarta reunião do Conselho de Previdência Social em Porto Alegre, da qual Eliete da Silva Rodrigues e Gisele Quintana Marques lavramos a presente ata que vai assinada por nós e pela Presidente.

Porto Alegre, 29 de maio de 2012.

Sinara Aparecida Pastório
Eliete da Silva Rodrigues
Gisele Quintana Marques